



BRANQUITUDE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ANÁLISE DOS PRIVILÉGIOS SIMBÓLICOS E MATERIAIS NAS PRÁTICAS DOCENTES E SUAS IMPLICAÇÕES NO RACISMO AMBIENTAL

Núbia Nogueira Costa – UnB

Grupo de Trabalho: GT 9 – Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Interseccionalidade

RESUMO:

Este estudo analisa como a branquitude e seus privilégios simbólicos e materiais se manifestam nas práticas docentes de educação ambiental em uma Escola Classe do Distrito Federal, influenciando a reprodução ou o enfrentamento do racismo ambiental. O objetivo é identificar padrões de reprodução de privilégios racializados e estratégias antirracistas nas práticas pedagógicas. A pesquisa é qualitativa e exploratória, com observação de aulas, análise de livros didáticos e atividades elaboradas pelos professores dos 4º e 5º anos. O estudo se justifica pela necessidade de compreender como desigualdades estruturais de raça e poder atravessam o acesso a recursos naturais e o conhecimento ambiental, afetando de forma desproporcional a população negra e periférica e de fornecer subsídios para políticas e metodologias educativas que valorizem saberes afro-brasileiros e indígenas e promovam educação ambiental plural e inclusiva. Fundamenta-se nos referenciais de Benjamin Chavis, que cunhou o termo racismo ambiental em 1981 ao denunciar a injusta exposição de comunidades negras aos riscos ambientais, entendendo-o como expressão concreta do racismo estrutural; Cida Bento, que discute os pactos narcísicos da branquitude, compreendida como sistema de poder frequentemente naturalizado nos discursos e práticas escolares; e Lélia Gonzalez, que destaca a centralidade da cultura afro-brasileira e das relações raciais na sociedade brasileira. Como desdobramento teórico-metodológico, está sendo elaborado um Caderno-Guia de Práticas Pedagógicas para o Ensino Fundamental I, reunindo fundamentos conceituais, propostas didáticas e módulos de formação docente, com foco em equidade racial, justiça socioambiental e ações antirracistas. Espera-se que o material forneça suporte crítico à prática docente, contribuindo para a construção de relações mais justas entre raça, ensino e meio ambiente.

Palavras-chave: Branquitude; Educação Ambiental; Racismo Ambiental; Práticas Docentes; Privilégios Simbólicos e Materiais.



1. INTRODUÇÃO

A educação ambiental, enquanto campo de disputa política e epistemológica, tem se constituído como espaço estratégico para repensar as relações entre sociedade, natureza e justiça social. No entanto, ainda são pouco exploradas as dimensões raciais que atravessam esse campo, especialmente no que se refere aos privilégios da branquitude e suas implicações nas práticas docentes. A compreensão de como essas dimensões se manifestam nas escolas públicas brasileiras é fundamental para o fortalecimento de uma educação ambiental crítica e comprometida com a equidade racial.

O presente estudo busca analisar de que forma os privilégios simbólicos e materiais da branquitude se expressam nas práticas docentes durante as aulas de educação ambiental e como esses atravessamentos contribuem para a reprodução ou o enfrentamento do racismo ambiental. A investigação é desenvolvida na Escola Classe 18 do Gama, no Distrito Federal, por meio de entrevistas com professores e análise de materiais pedagógicos, visando compreender as narrativas sobre natureza, diferença e pertencimento racial presentes no cotidiano escolar. Apesar do avanço de estudos sobre educação ambiental crítica, ainda há escassez de pesquisas que investiguem empiricamente as intersecções entre raça, branquitude e práticas docentes no cotidiano escolar no ensino de educação ambiental.

Ao problematizar o modo como a branquitude estrutura os discursos e práticas educacionais, o estudo propõe refletir sobre caminhos possíveis para a construção de uma educação ambiental decolonial e antirracista. A relevância da pesquisa reside em articular os campos da educação, das relações étnico-raciais e da justiça ambiental, contribuindo para compreender o currículo como campo de disputa de sentidos e de reconstrução das práticas docentes frente às desigualdades raciais e socioambientais no Brasil.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo fundamenta-se em um referencial que articula raça, educação e meio ambiente, com o objetivo de compreender como os privilégios simbólicos e



materiais da branquitude se expressam nas práticas docentes de educação ambiental, influenciando tanto a reprodução quanto o enfrentamento do racismo ambiental. Tal análise reconhece que o silenciamento em torno do racismo ambiental não ocorre ao acaso, mas está ligado ao não reconhecimento das desigualdades históricas e à ausência de uma educação voltada para as relações étnico-raciais e a promoção de uma educação antirracista, revelando como o mito da democracia racial ainda sustenta e legitima práticas curriculares excludentes no contexto escolar brasileiro.

A branquitude é compreendida como um sistema de poder e privilégios historicamente naturalizados, que se manifesta nos currículos, práticas e discursos escolares, silenciando saberes afro-brasileiros e indígenas e reforçando a centralidade branca na produção do conhecimento científico e educacional. Esse processo envolve o monopólio dos recursos e dos espaços de decisão. Além disso, produz sentidos negativos sobre identidades negras, perpetuando referências de humanidade vinculadas ao branco, conforme discutido por Cida Bento (2022).

Assim, a exclusão de grupos racializados, entendidos como aqueles historicamente marcados pela racialização como forma de subalternização, das narrativas escolares, e a negação dos privilégios da branquitude, são elementos fundantes do racismo estrutural no Brasil, perpetuando vulnerabilidade e desigualdade de acesso aos direitos, inclusive no campo ambiental.

O conceito de racismo ambiental evidencia que populações negras, indígenas e periféricas são desproporcionalmente afetadas pela degradação ambiental, desastres ecológicos e remoções territoriais, ilustrando a imbricação entre desigualdade racial, exclusão social e injustiça ecológica. Esses grupos acabam duplamente penalizados ao receberem menos benefícios do progresso econômico e serem mais expostos a riscos ambientais, numa lógica de opressão que articula classe, raça e território. Tal assimetria revela que as questões ambientais, longe de serem neutras, estão atravessadas por estruturas de poder e discriminação que historicamente marginalizam esses sujeitos no país.

Com base nos estudos de Lélia Gonzalez (1988) sobre relações raciais e cultura afrobrasileira, desenvolve-se uma perspectiva decolonial de educação



ambiental, inspirada nos princípios de valorização da cultura afro-brasileira e das relações raciais defendidos por Gonzalez. Essa perspectiva valoriza saberes afro-brasileiros e propõe um olhar sobre a natureza crítico à matriz eurocêntrica.

Enquanto Bento evidencia a naturalização dos privilégios raciais nas práticas e discursos escolares, Chavis denuncia as dimensões ambientais do racismo estrutural, revelando a injusta exposição de populações racializadas a riscos socioambientais. Juntos, esses referenciais sustentam a análise das práticas docentes como campo de disputa por justiça racial e ecológica, permitindo compreender como a branquitude se manifesta no cotidiano pedagógico e identificar caminhos para uma educação ambiental inclusiva, plural e antirracista.

3. METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa de natureza exploratória, descritiva e interpretativa, centrando-se na compreensão de como as práticas docentes em educação ambiental manifestam e/ou confrontam os privilégios simbólicos e materiais da branquitude no contexto escolar. O estudo ocorre na Escola Classe 18 do Gama (DF), que atende os anos iniciais do Ensino Fundamental e cuja comunidade escolar é formada majoritariamente por estudantes oriundos de territórios periféricos e racializados do entorno.

A produção dos dados terá início após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da universidade, respeitando os princípios de confidencialidade, consentimento livre e esclarecido e voluntariedade da participação. Serão empregadas múltiplas técnicas de coleta: observação participante das aulas dos 4º e 5º anos, com ênfase nas interfaces entre práticas pedagógicas, educação ambiental e relações étnico-raciais; análise de livros didáticos e atividades docentes, considerando a presença ou ausência de conteúdos previstos nas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008; e entrevistas semiestruturadas com professores, buscando apreender percepções, desafios e estratégias de articulação entre raça, meio ambiente e currículo escolar.

A análise dos dados seguirá o referencial de conteúdo proposto por Bardin (2011), identificando categorias e sentidos que revelem em que medida as



práticas observadas reproduzem, tensionam ou resistem às desigualdades raciais e ambientais. Reconhece-se como limitação a realização em uma única instituição e a dependência da adesão dos participantes, o que restringe a generalização dos resultados. Ainda assim, espera-se que o estudo contribua para o aprofundamento teórico-metodológico e para a proposição de práticas comprometidas com uma educação ambiental crítica e antirracista no cotidiano escolar.

4. RESULTADOS/DISCUSSÃO

Considerando que a pesquisa se encontra em andamento, os resultados apresentados têm caráter prospectivo, fundamentando-se na literatura e nas tendências observadas nas práticas docentes. Busca-se identificar como a branquitude se manifesta na educação ambiental, tanto na dimensão simbólica quanto institucional, influenciando currículos, materiais didáticos e interações em sala de aula. Discursos e práticas sociais, como observa Bento (2022), frequentemente reproduzem neutralidade e universalismo, ocultando desigualdades étnicoraciais e naturalizando a branquitude como padrão implícito de conhecimento e comportamento, efeitos também refletidos nas práticas escolares.

Como desdobramento teórico-metodológico, será elaborado um Caderno-Guia Pedagógico para os anos iniciais do Ensino Fundamental, articulando educação ambiental crítica e antirracista. Estruturado com base nas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e em autores decoloniais, o material reunirá atividades, temas transversais, esquemas conceituais e módulos de formação docente, apoiando práticas reflexivas comprometidas com a equidade racial e a justiça socioambiental. Mesmo sem a coleta de dados finalizada, a análise prospectiva permite refletir sobre os potenciais impactos das práticas docentes na reprodução ou no enfrentamento do racismo ambiental, contribuindo para uma educação ambiental inclusiva, plural e decolonial. Tudo isso dialoga criticamente com as contribuições de Cida Bento ao explicitar os mecanismos de manutenção dos privilégios brancos e a necessidade de práticas intencionais de ruptura desses padrões no cotidiano escolar.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo, ainda em andamento, articula teoria e prática ao analisar como privilégios raciais atravessam conteúdos e práticas de educação ambiental em uma escola pública do Distrito Federal. Os dados e o Caderno-Guia de Práticas Pedagógicas, em elaboração como desdobramento teórico-metodológico, evidenciam a centralidade da formação docente antirracista e a valorização dos saberes afro-indígenas para enfrentar desigualdades nas práticas escolares. O material, alinhado a políticas públicas de formação continuada e às diretrizes da Educação Ambiental e das Relações Étnico-Raciais, fortalece o compromisso de programas e redes de ensino com equidade racial e justiça socioambiental, reafirmando a escola pública como espaço de transformação social.

Ao articular saberes acadêmicos, populares e ancestrais, o Caderno-Guia busca formar educadores(as) capazes de reconhecer e enfrentar expressões da branquitude e do racismo ambiental no cotidiano escolar. Essa abordagem ressalta que respostas educativas aos desafios socioambientais exigem um olhar integrado, articulando dimensões ecológicas, históricas, sociais e raciais na construção de uma educação democrática e plural. Assim, a pesquisa reafirma que a educação ambiental crítica e antirracista é condição para um projeto civilizatório pautado na justiça racial e ecológica.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CHAVIS, Benjamin. Environmental racism and the movement for environmental justice. In: BULLARD, Robert D. (Ed.). **Confronting environmental racism: voices from the grassroots**. Boston: South End Press, 1993. p. 3–14.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988. Disponível em: <https://bit.ly/3WoFVot>

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n. 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura AfroBrasileira”. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em:



http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 23 out. 2025.

BRASIL. **Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei n. 9.394/1996 para incluir a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena nas escolas. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 23 out. 2025.